

Divergências ficam de lado

Unidos na luta pela votação urgente da representação política, os partidos do DF colocam em segundo plano suas divergências quanto ao encaminhamento da questão, e pretendem chegar a uma solução negociada antes do dia da votação. Três emendas constitucionais que tratam do assunto tramitam conjuntamente no Congresso, junto com o parecer elaborado pelo senador Alcides Saldanha (PMDB-RS).

Puxando o bloco, vem a emenda nº 83/85, apresentada pelo deputado Altair Chagas (PFL-MG), e que se encontra em regime de urgência. Essa emenda propõe eleição direta para governador e vice, Assembleia Legislativa, prefeitos regionais e respectivos vices, mais os membros das câmaras de representantes regionais, no dia 15 de novembro de 86.

Há também a emenda nº 84/85, apresentada pelo senador Mário Maia (PMDB-AC), defendendo eleição direta para governador, vice e Assembleia Legislativa, com três vezes o número de integrantes que terá a bancada do DF na Câmara Federal. E a emenda Daso

Coimbra (PMDB-RJ), que propõe eleição para governador, vice, administradores regionais, e uma Câmara Legislativa, com 45 conselheiros que representem, proporcionalmente, o eleitorado das administrações regionais.

Já o substitutivo Alcides Saldanha, que sintetiza as três emendas anteriores e representa um consenso, pois foi elaborado depois de consultas aos partidos, às entidades comunitárias e ao próprio Presidente da República, estabelece eleições diretas para governador, vice e Assembleia Legislativa, no dia 15 de novembro de 86.

O suplente de deputado Paulo Xavier (PFL-PB) acredita que a emenda constitucional encaminhada por seu partido, tramitando em regime de urgência, com mais de dois terços de assinaturas dos parlamentares, será aprovada em primeira votação. Para conseguir o quorum de votos necessário, o PFL-DF está negociando o apoio dos outros partidos. Somente com a rejeição da emenda nº 83/85, diz Paulo Xavier, o Plenário votará o substitutivo do senador Alcides Saldanha.